



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA CGA/DIAD/PRF Nº 180, DE 23 DE ABRIL DE 2021

Designar Gestores e Fiscais do **Contrato Administrativo nº 86/2020**, cujo objeto consiste na aquisição de de pistolas de uso individual, de porte e semiautomáticas Cal 9x19mm, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Projeto Básico, decorrente do Processo **08650.022622/2020-06**.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelo inciso V do artigo 40 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, constante do Anexo I da Portaria nº 224, de 5 de dezembro de 2018, do Senhor Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União, nº 234, seção 1, de 6 de dezembro de 2018.

CONSIDERANDO o Art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONSIDERANDO o Art. 40, incisos I, II e III, da Instrução Normativa Nº 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores **Francisco Rodrigo de Oliveira Neto**, SIAPE nº 1371098 e **Rodrigo Ramiro Costa Arcoverde**, SIAPE nº 1503201, para atuarem respectivamente como **Gestores, Titular e Substituto**, do Contrato, a fim de coordenar e comandar o processo da fiscalização da execução contratual.

Art. 2º Designar os servidores **Wellker Cesar Faria**, SIAPE nº 1073153 e **Rodrigo Ramiro Costa Arcoverde**, SIAPE nº 1503201, para atuarem respectivamente como **Fiscais Técnicos, Titular e Substituto**, do Contrato, a fim de auxiliar o Gestor do Contrato, quanto à fiscalização do objeto do Contrato.

Art. 3º Designar os servidores **William Arthur Ribeiro dos Santos**, SIAPE nº 1429876 e **Vanessa Christina Rosa**, SIAPE nº 1536595, para atuarem respectivamente como **Fiscais Administrativos, Titular e Substituto**, do Contrato, a fim de fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.

Art. 4º Incumbe à Equipe de Fiscalização, observados os limites das competências estabelecidas nos artigos 1º, 2º e 3º desta Portaria:

I – acompanhar e garantir o fornecimento dos bens e a adequada prestação dos serviços durante todo o período de execução do contrato;

II – anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

III – elaborar relatórios técnicos contendo informações acerca dos fatos relativos à execução do contrato, com o fito de balizar as providências que devam ser adotadas por parte da Administração;

IV – cumprir os dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em especial no que se refere ao acompanhamento e fiscalização contratual; e

V – cumprir os normativos internos da PRF relacionados à fiscalização de contratos administrativos celebrados pelo DPRF.

Art. 5º Para os contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra deverão ser adotadas, no mínimo, as orientações contidas nos Anexos da Instrução Normativa nº 05/2017/MPDG.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CUNHA FIGUEIREDO DE SOUSA
Coordenador-Geral de Administração

PRF

Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO CUNHA FIGUEIREDO DE SOUSA**, **Coordenador(a)-Geral de Administração**, em 03/05/2021, às 17:00, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **32078196** e o código CRC **94988BC7**.



Processo nº 08650.022622/2020-06



SEI nº 32078196